



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



**O COMPORTAMENTO DA POPULAÇÃO RURAL E DO EMPREGO NA
AGRICULTURA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NO PERÍODO
DE 1998 A 2006**

**ROSELE MARQUES VIEIRA; LUIZ RONALD VAREIRO; ADAYR DA SILVA
ILHA;**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

SANTA MARIA - RS - BRASIL

rosele@uems.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Agricultura Familiar e Ruralidade

**O COMPORTAMENTO DA POPULAÇÃO RURAL E DO EMPREGO NA
AGRICULTURA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NO PERÍODO
DE 1998 A 2006**

Grupo de Pesquisa 7: Agricultura Familiar e ruralidade

Resumo

A agricultura brasileira vem sofrendo grandes transformações com relação à mecanização das atividades agrícolas e, conseqüentemente, vem afetando o nível de empregos no setor rural, considerando que estas transformações se intensificaram recentemente, devido a um processo crescente de urbanização, de forma tal que a pressão modernizadora na agricultura se responsabilizou pela eliminação de postos de trabalhos agrícolas e que se traduz pela criação de empregos/ocupações não-agrícolas no setor.

O objetivo deste artigo é analisar o comportamento da população rural e do emprego na agricultura no estado de Mato Grosso do Sul, especificamente as atividades agrícolas e não-agrícolas, dando ênfase à questão do novo rural, no período de 1998 a 2006.

Conforme os dados coletados pela pesquisa nacional por amostra de domicílio (PNADs), no período de 1998/2006 no estado de Mato Grosso do Sul, as atividades agrícolas e não-agrícolas, vêm assumido um papel de destaque em áreas rurais tão

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

contrastantes do ponto de vista do cenário agrícola. Os resultados mostraram que, a população agrícola apresentou um decréscimo no período de 1998/2002 e um pequeno acréscimo no período de 2002/2006, com a recuperação do setor agrícola no estado. Entretanto, a população não-agrícola teve um crescimento superior à da população agrícola, em ambos os períodos analisados, bem como ao longo dos anos de 1998/2006. Observou-se, que as atividades agrícolas sofreram uma queda de 1,56 % ao ano, enquanto que as atividades não-agrícolas apresentaram um acentuado avanço, crescendo 4,49% ao ano, confirmando as tendências de evolução das ocupações não-agrícolas no estado de Mato Grosso do Sul.

Palavras-chaves: atividades agrícolas e não-agrícolas, emprego, agricultura.

Abstract

The Brazilian agriculture is suffering great transformations regarding the mechanization of the agricultural activities, and, consequently, be affect the level of jobs in the rural sector, it thinking that these transformations intensified recently, due to a growing process of urbanization, of such form that the pressure modern in the agriculture took responsibility for the elimination of posts of agricultural works and that it is translated by the creation of non-agricultural jobs / occupations in the sector.

The objective of this article is to analyse behaviour of the rural population and of the job in the agriculture in the state of Mato Grosso of the South, specifically the agricultural and non-agricultural activities, when the rural again is giving emphasis to the question, in the period from 1998 to 2006. According to the data collected by the national inquiry by sample of residence (PNADs), in the period of 1998/2006 in the state of Mato Grosso of the South, the agricultural and non-agricultural activities, they are assumed a paper of distinction in rural areas so contrasting of the point of view of the agricultural scenery. The results showed that, the agricultural population presented a decrease in the period of 1998/2002 and a small addition in the period of 2002/2006 with the recuperation of the agricultural sector in the state. Meantime, the non-agricultural population had a growth superior to that of the agricultural population, in both analysed periods, as well as along the years of 1998/2006. It was noticed that the agricultural activities suffered a fall of 1,56 % to the year, whereas the non-agricultural activities presented an accented advancement, growing 4,49 % to the year, confirming the tendencies of evolution of the non-agricultural occupations in the state of Mato Grosso of the South.

Key words: agricultural and non-agricultural activities, job, agriculture.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura brasileira vem sofrendo grandes transformações com relação à mecanização das atividades agrícolas, e, conseqüentemente, vem afetando o nível de empregos no setor rural, considerando que estas transformações se intensificaram recentemente, devido a um processo crescente de urbanização, de forma tal que a



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



pressão modernizadora na agricultura se responsabilizou pela eliminação de postos de trabalhos agrícolas e que se traduz pela criação de empregos/ocupações não-agrícolas no setor. Estrategicamente, o homem do campo sempre tentou contornar sua situação de desempregado procurando outros mercados de trabalho que o absorvesse, mais precisamente nas décadas de setenta e oitenta, o chamado êxodo rural, onde ocorreu a saída dos trabalhadores rurais para os grandes centros urbanos, a procura de emprego e melhores condições de vida para si e sua família, entretanto, marcando esta maneira de pensar e agir do homem do campo. Graziano (1996) diz que a permanência das pessoas do meio rural, nos últimos anos, não se deve a somente às atividades agrícolas, mas também as atividades não-agrícolas.¹

Essa situação de desemprego não é nova, mas se agrava a partir dos anos noventa quando os governos federais, estaduais e municipais reduzem drasticamente os estímulos à pequena e média empresa agrícola e não-agrícola, muito particularmente pela ausência de uma política explícita de emprego no campo. Entretanto, a reestruturação produtiva dos anos noventa e a política macroeconômica do governo federal, adotada a partir de 1994, concorreram de modo decisivo para aumentar o desemprego rural.

De acordo com Botelho (1997) a crescente modernização dos sistemas produtivos libera mão-de-obra das atividades agrícolas, e com a própria queda da renda oriunda da venda dos produtos agrícolas e pecuários, esse quadro tem feito com que boa parte dos membros das famílias residentes nas áreas rurais recorram a pluriatividade, isto é, exercendo outras atividades como às não-agrícolas, como forma de inserção produtiva.

O crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural aumentou a linha demarcatória entre o rural e o urbano, espalhando as atividades por todo o espaço. O desenvolvimento rural parece ser fruto agora de múltiplas atividades e ações, não mais restritas às atividades tradicionais agrícolas. Cada vez mais se percebe que no meio rural, as atividades que não pertence à agricultura, seja no comércio, no lazer ou em serviços e outras atividades que estão ligadas à agricultura, mas não presenciadas anteriormente, se tornam a cada dia mais comum no meio rural, revelando uma necessidade de se buscar condições de sobrevivência na própria comunidade e melhoria no nível de renda, no entanto, o que se denomina “novo rural” é o surgimento dessas novas atividades no meio rural, como forma de emprego/ocupação para a população rural. Botelho (1997) enfatiza bem a problemática em torno do “novo rural” quando menciona que hoje a atividades agrícolas não estão mais ocupando exclusivamente o espaço rural. As famílias rurais estão se tornando crescentemente a cada dia mais pluriativas e até mesmo não-agrícolas, do ponto de vista ocupacional.

Este artigo tem como objetivo analisar o comportamento da população rural e do emprego na agricultura no estado de Mato Grosso do Sul, especificamente as

¹ **Ocupações Agrícolas** (Trabalhador Braçal, Agricultor por Conta-Própria, operador de máquinas agrícolas, gerentes, administradores), **Ocupações Não-Agrícolas** (Eletricista, Encanador, Marceneiro, Taxista, Pedreiro, Mecânico, Borracheiro, Vendedor Ambulante, Costureira, Turismo Rural, Floricultura de Mesa, Fazenda Hotel).

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

atividades agrícolas e não-agrícolas, dando ênfase à questão do novo rural, no período de 1998 a 2006. Para a execução deste trabalho, inicialmente realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre os principais autores e na seqüência utilizando dados secundários analisou-se o comportamento população rural e do emprego na agricultura, considerando os seguintes conjuntos de indicadores e variáveis: O total da população urbana e rural do estado; a população rural ocupada em atividades agrícolas e não-agrícolas no estado e renda média pessoal da população ocupada em atividades agrícolas e não-agrícolas.

A fonte de dados utilizada como referência, foram as informações captadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE), projeto Rurbano do período de 1998 a 2006 e CAGED (Cadastro geral de Empregados e Desempregados). Os dados da PNAD foram utilizados com o objetivo principal de caracterizar com mais detalhes as transformações do meio rural brasileiro, entendido como um espaço mais amplo do que aquele tradicionalmente ocupado pelas atividades agropecuárias.

Além desta Introdução, o artigo encontra-se assim estruturado: a seção 2 abordará uma Contextualização do emprego/ocupação na agricultura brasileira e sul-mato-grossense, enfocando as atividades agrícolas e não-agrícolas, dando ênfase ao novo rural brasileiro e rendas médias de cada atividade; na seção 3 serão feitas as análises e apresentação dos dados e na seção 4 serão estabelecida às considerações finais.

2 .CONTEXTUALIZAÇÃO DO EMPREGO/OCUPAÇÃO NA AGRICULTURA BRASILEIRA E SUL-MATOGROSSENSE: ATIVIDADES AGRÍCOLAS, NÃO-AGRÍCOLAS E RENDAS MÉDIAS

A agricultura brasileira passou ao longo dos anos por diversas mudanças estruturais, creditícia e empregatícia, isto contribuiu para mudanças na mão-de-obra empregada no setor agrícola, favorecendo o surgimento de novas formas de emprego/ocupação (atividades agrícolas e não-agricolas) na agricultura brasileira e sul-mato-grossense.

As mudanças introduzidas na economia a partir do início da década de 90 e aprofundadas aceleradamente com a implantação do Plano Real perfilam um novo quadro de agravamento das fortes desigualdades econômicas e sociais existentes no País, desta vez acrescidas pelo aumento do desemprego e pela precarização extrema das condições e relações de trabalho. Estes impactos negativos do sobre a estrutura e dinâmica da ocupação estão diretamente relacionadas com a natureza das políticas que nas esferas macroeconômica e institucional constituem seus eixos centrais: abertura comercial desordenada, contenção do crescimento econômico, desregulamentação econômica e financeira e desmantelamento do aparelho do Estado.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



As restrições impostas à expansão da economia pelo crescente déficit na balança comercial e nas transações correntes do balanço de pagamentos e a reestruturação do sistema produtivo induzida pela abertura comercial com a desarticulação da produção em diversos segmentos industriais e agrícolas e a aceleração do processo de reorganização tecnológica e administrativa das empresas tendem a reduzir a capacidade de geração de empregos da economia, principalmente de empregos de boa qualidade e a necessidades derivadas do crescimento da população economicamente ativa.

A agricultura brasileira vem sofrendo grandes transformações com relação à mecanização das atividades agrícolas, e com isso vem ocorrendo muita diversidade nos comportamentos observados para as principais atividades agrícolas. Entretanto, no início dos anos 90 foi profundamente marcado pelo desmanche dos instrumentos de política agrícola, como a garantia de preços mínimos, estoques reguladores e redução do crédito agropecuário, promovido pelo governo Collor, juntamente com a significativa queda nos recursos públicos destinados à agricultura para investimentos em infraestrutura, pesquisa agropecuária e assistência técnica, e, além disso, houve uma abrupta abertura comercial que trouxe sérios problemas para a agricultura nacional, na maioria das vezes impossibilitada de competir com produtos internacionais fortemente subsidiados nos seus países de origem.

Sendo que as principais atividades características do novo rural brasileiro são: uma agropecuária moderna baseada em *commodities* e integrada às agroindústrias; um conjunto de atividades de subsistência, com uma agropecuária rudimentar que visa primordialmente manter a população no meio rural e um exército de trabalhadores rurais sem-terra, sem qualificação e sem emprego fixo; um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços e um conjunto de novas atividades agropecuárias, voltadas para nichos de mercado (BACHA, 2000).

Entretanto, o emprego vem se diversificando no meio rural brasileiro, os trabalhadores rurais na tentativa de contornar a situação de desemprego no setor, eles procuram outras atividades fora daquelas atividades ligadas diretamente à agricultura e com isso ocorre o surgimento de novas ocupações/empregos, isto é, as atividades não-agrícolas, o que caracteriza o novo rural brasileiro.

2.1 . Atividades Agrícolas

As atividades agrícolas são aquelas ligadas diretamente à agricultura (trabalhador Braçal, Agricultor por Conta Própria, operador de máquinas agrícolas, etc), que hoje ocupam cada vez menos tempo de trabalho das famílias rurais e respondem por parte cada vez menor da renda dessas famílias. Esse processo decorre em última instância da tendência de longo prazo de queda dos preços do *commodities* agrícolas no mercado internacional. Mas foi acelerado na segunda metade dos anos 90 pela queda da renda agrícola após o Plano Real (1998).

As atividades agrícolas tornam-se crescentemente uma atividade de tempo parcial para um conjunto crescente de famílias que procuram sobreviver no meio rural brasileiro. No entanto, vem se reproduzindo no meio rural, uma série de “novas”



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



atividades que quase nada têm a ver com as atividades tradicionalmente desenvolvidas. Algumas delas possuem ainda uma evidente base agrícola, como é o caso da floricultura, da criação de aves exóticas, da horticultura, etc. Porém, outras atividades quase nada têm de base agrícola, como é o caso dos pesque-pague, do turismo rural e dos condomínios de alto padrão.

Cabe ressaltar, que as atividades agrícolas tradicionais já não respondem pela manutenção do nível de emprego, em função do grande salto tecnológico verificado na mecanização das principais culturas. Se a esse fato forem aliada a crise de rentabilidade das principais *commodities* e a violenta queda dos preços das terras agrícolas observada nos últimos anos, tem-se um cenário pouco favorável à expectativa de uma boa evolução das atividades agrícolas no futuro próximo. Além disso, as culturas tradicionais pesam cada vez menos tanto em termos de ocupação como da renda gerada nos estabelecimentos familiares (BOTELHO, 1997).

Entretanto a produção agrícola passa a ocupar cada vez menos o tempo total de trabalho das famílias rurais e, por conseguinte, a agricultura passa a responder apenas por parte do tempo de ocupação e da renda dessas famílias. Esse processo é acelerado pela queda da renda agrícola decorrente da tendência de longo prazo (pós década de 70) de queda dos preços do *commodities* agrícolas no mercado internacional. Como consequência dessa queda da renda agrícola, observa-se uma crescente importância das atividades não-agrícolas entre as famílias rurais.

2.2. Atividades Não-Agrícolas

As atividades não-agrícolas são aquelas atividades que não tem ligação direta com agricultura (eletricista, encanador, marceneiro, mecânico, pedreiro, turismo rural, borracheiro, etc), mas que hoje os trabalhadores rurais estão ocupando-se nelas. O termo "novas" foi colocado entre aspas porque muitas dessas atividades, na verdade, são seculares no país, mas não tinham até recentemente importância econômica. Eram atividades de fundo de quintais, *hobbies* pessoais ou pequenos negócios agropecuários intensivos (piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais, etc.), que foram transformados em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural nos anos mais recentes. Muitas destas atividades, antes pouco valorizadas e dispersas, passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas, envolvendo, na maioria dos casos, não apenas transformações agro-industriais, mas também serviços pessoais e produtivos relativamente complexos e sofisticados nos ramos da distribuição, comunicações e embalagens.

Entretanto, estas atividades foram praticamente recriadas a partir de demandas diferenciadas de nichos ou de uma diferenciação dos mercados tradicionais dessas mesmas atividades. E foram recriadas não apenas com uma roupagem nova, mas também com um conteúdo novo: são serviços pessoais e auxiliares da produção que foram agregados às tradicionais cadeias produtivas agroindustriais, criando um novo espaço para a emergência de pequenos e grandes empreendimentos nesse longo caminho que hoje vai do produtor rural ao consumidor final, uma redivisão do trabalho que implica o aparecimento de novos ramos de produção, o surgimento de novos produtos, o que significa não apenas novas variedades de produtos, como também a



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



agregação de valor aos produtos existentes, através da embalagem, pré-processamento, entrega a domicílio, entre outros.

A busca incessante dos capitais no sentido de converter em mercadorias todos os valores de uso, o que leva à criação de novos mercados e de novas necessidades. A pluriatividade daí resultante é consequência desse esforço de diversificação dos pequenos produtores para se inserirem nos novos mercados locais que se abrem. E não pode ser considerada parte de um processo de proletarização que resulta da decadência da propriedade familiar, mas sim como uma etapa da diferenciação social e econômica das famílias agrícolas, que já não conseguem se reproduzir apenas nos espaços agrícolas do novo mundo rural que está sendo construído a partir de uma valorização de bens não tangíveis antes ignorados, como a paisagem, o lazer e os ritos dos cotidianos agrícola e pecuário (BACHA, 2000, p. 26).

O espaço rural foi penetrado pelo mundo urbano com velhos e novos personagens, como os neo-rurais (profissionais liberais e outros ex-habitantes da cidade que passaram a residir no campo) ao lado dos assentados (ex-sem terra) e daqueles que temos denominado *sem-sem* (sem terra e sem emprego e quase sempre também sem casa, sem saúde, sem educação, e principalmente sem organização, coisa que os sem-terra indiscutivelmente já conseguiram). Esse processo de geração de “novas” atividades no meio rural brasileiro mostra pelo menos duas características comuns. A primeira refere-se ao fato de que elas se originaram ou de “importações” de outros países ou de atividades que antes não eram comerciais, isto é, tinham apenas valores de uso e não valores de troca. Em ambos os casos, o importante é que se criam novos espaços de reprodução do capital no meio rural brasileiro, muitas vezes revigorando regiões e/ou atividades tradicionais que se mostravam decadentes.

Verifica-se que a grande mudança no ritmo da modernização da agricultura brasileira nos anos 90 ocorreu exatamente na mecanização das operações de colheita e pós-colheita (carregamento e transporte) das culturas perenes e semiperenes, além dos grãos, que já vinha se insinuando desde os anos 70 (BOTELHO, 1997, p. 10).

A segunda característica comum é que estas “novas” atividades, quando se transformam em atividades comerciais, já nascem como parte de uma cadeia produtiva altamente especializada e integrada a um complexo sistema de serviços que delimitam nichos específicos. Na maioria das vezes, além das costumeiras transformações agroindustriais do produto agropecuário, soma-se uma rede de serviços pessoais e produtivos, que estreitam o caminho entre as preferências (socialmente condicionadas) do consumidor e o produtor rural.

A grande diferença em relação ao tradicional processo de agregar valor através da industrialização reside no fato de que as “novas” atividades geradas nos anos 90 não decorrem somente de demandas intermediárias no interior das cadeias produtivas. Nesse sentido, essas “novas” atividades, sejam agrícolas ou não-agrícolas, significam nada mais nada menos que a emergência de formas de produção, que estão se desenvolvendo no meio rural brasileiro, distintas das nossas tradicionais *commodities* dirigidas aos



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



mercados agropecuários nacionais e internacionais, pois, a atividade agropecuária ainda emprega um enorme contingente de trabalhadores no Brasil (KAGEYAMA, 1997, p. 12).

Além dessas características comuns no processo de geração dessas novas atividades, existe outro fator importante no surgimento dessas atividades, que está relacionado com as rendas médias.

2.3. As Rendas Médias das Atividades Agrícolas e Não-Agrícolas

No Brasil, em média, as rendas das atividades agrícolas e não agrícolas são muito diferentes, pois, as atividades não-agrícolas possuem rendas superiores em relação às agrícolas, devido às atividades não-agrícolas ter uma participação muito importante do setor público como empregador, sendo que essa informalidade é menos acentuada. O crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural aumentou a linha demarcatória entre rural e o urbano, espalhando as atividades por todo o espaço.

O desenvolvimento rural parece ser fruto agora de múltiplas atividades e ações não mais restritas às atividades agrícolas. As atividades agrícolas tiveram um peso relativo na composição do quadro geral das ocupações da população ficando, porém bem a baixa da proporção, devido as baixos coeficientes de modernização da agricultura e elevados índices de ocupação em atividades agrícolas (GOMES DA SILVA 1996).

Os programas de apoio à agricultura familiar, ignoram cada vez mais uma parte importante da renda dos seus beneficiários potenciais, que provém de atividades não-agrícolas e de transferências previdenciárias do poder público. O critério de exigir que a maior parte da renda se origine de atividades agrícolas, como acontece no Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), só beneficia as famílias agrícolas com maiores áreas que acabam nele se enquadrando. As famílias agrícolas de menores áreas e as pluriativas acabam sendo em sua maioria excluídas dos programas de apoio à agricultura familiar por terem uma elevada proporção de suas rendas originárias de atividades agrícolas.

Entretanto, no Estado de Mato Grosso do Sul, a agricultura é uma das alavancas da economia do Estado, bem como, um dos setores que mais emprega mão-de-obra, embora, nos últimos anos venha passando por transformações de mecanização, da mesma forma, do que tem ocorrido na agricultura brasileira. O Mato Grosso do Sul, apesar de ser um estado novo, criado em 1977 com a divisão do Estado de Mato Grosso, que até então a agropecuária extensiva era a base da economia do estado, mas com a divisão do estado, a agricultura passou a predominar, tendo como produto principal a soja, com grandes áreas de plantação e comercialização deste produto, pois, diante desse fato, se faz necessário uma análise da situação do empregado/ocupação no setor, já que em outras localidades do país vem apresentando significativas mudanças com relação às atividades agrícolas e não-agrícolas.

3. ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA POPULAÇÃO RURAL E DO EMPREGO NA AGRICULTURA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL: ESPECIFICAMENTE AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



O "Novo Rural" como vem sendo denominado, compõe-se basicamente de três grandes grupos de atividades: a) Uma agropecuária moderna baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias; b) um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; c) um conjunto de "novas" atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados.

Essas novas atividades, na verdade, são seculares no país, bem como, no estado de Mato Grosso do Sul, mas, não tinham até recentemente importância econômica. Eram atividades de fundos de quintais, *hobbies* pessoais ou pequenos negócios agropecuários intensivos (piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais, etc.), que foram transformados em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural nos anos mais recentes. No entanto, muitas destas atividades, antes pouco valorizadas e dispersas, passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas, envolvendo, na maioria dos casos, não apenas transformações agroindustriais, mas, também serviços pessoais e produtivos relativamente complexos e sofisticados nos ramos da distribuição, comunicações e embalagens.

Tal valorização também ocorre com as atividades rurais não-agrícolas derivadas da crescente urbanização do meio rural (moradia, turismo, lazer e prestação de serviços) e com as atividades decorrentes da preservação do meio ambiente, além de um outro conjunto de busca de "nichos de mercado" muito específicos para sua inserção econômica. Nas tabelas a seguir, procura-se demonstrar essa situação que acabamos de descrever: um espaço rural penetrado pelo mundo urbano com velhos e novos personagens, como os neo-rurais (profissionais liberais e outros ex-habitantes da cidade que passaram a residir no campo) ao lado dos assentados (ex-sem terra) e daqueles que denominamos *sem-sem* (sem terra e sem emprego e quase sempre também sem casa, sem saúde, sem educação, e principalmente sem organização, coisa que os sem-terra indiscutivelmente já conseguiram). A explicação mais teórica para essas mudanças é o que denominamos de processo de "mercantilização do tempo livre" das famílias rurais, ou seja, do tempo em que os membros da família agrícolas não estavam ocupados nas atividades agrícolas e que eram dedicados às atividades não-agrícolas (fabricação de doces, conservas, móveis e utensílios doméstico) e ao lazer (caça e pesca, artesanato, cultivo de flores, criação de animais exóticos, etc.). É relevante destacar, que esses bens e serviços que eram autoconsumidos, ou se constituíam parte dos bens de uso próprio da família, são agora produzidos para a venda, como uma outra mercadoria qualquer.

3.1 Dinâmica da População Ocupada

Os Dados das PNADs mostram que de 1998 a 2006 a população ocupada urbana no Mato Grosso do Sul, teve um aumento expressivo de 605.866 mil pessoas, o que correspondeu a um crescimento da ordem de 5,63% ao ano. Por outro lado, como indica a tabela 1, a população residente no meio rural também registrou um crescimento de 5,63 % ao ano, com um aumento de 109.354 mil pessoas. No entanto, com o aumento da população urbana e rural ocupada, ocorreu uma queda no crescimento da população desocupada, ocorrendo um decréscimo de 2737 mil pessoas,

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

correspondendo a uma queda de -0,69% ao ano. Como se observa na tabela 1, as desocupações registradas nestes períodos, sofreram baixas e altas ao longo do período, indicando que, principalmente no meio urbano, a força de trabalho cresce muito menos do que a demanda por trabalho.

Tabela 1 – População Economicamente Ativa, Ocupada uma ou mais Horas na semana de referência: Mato Grosso do Sul – 1998/2006.

Ano	PEA				
	Urbana	Rural	Agrícola	Não Agrícola	Desocupados
1998	1.346.134	242.646	246.779	686.474	49.737
1999	1.373.575	252.026	293.478	680.545	47.896
2001	1.487.489	238.134	185.300	784.669	49.945
2002	1.878.919	291.940	192.757	869.274	50.216
2003	1.820.562	201.161	199.863	858.533	48.668
2004	1.576.857	256.631	196.192	881.594	37.325
2005	1.598.217	271.191	208.557	887.996	52.142
2006	1.952.000	352.000	216.000	933.000	47.000
Variação (1998-2006)	605.866	109.354	-30.779	246.526	-2.737
Taxa de Crescimento (% a.a.)	5,63	5,63	-1,56	4,49	-0,69

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra dos Domicílios 1998 a 2006.

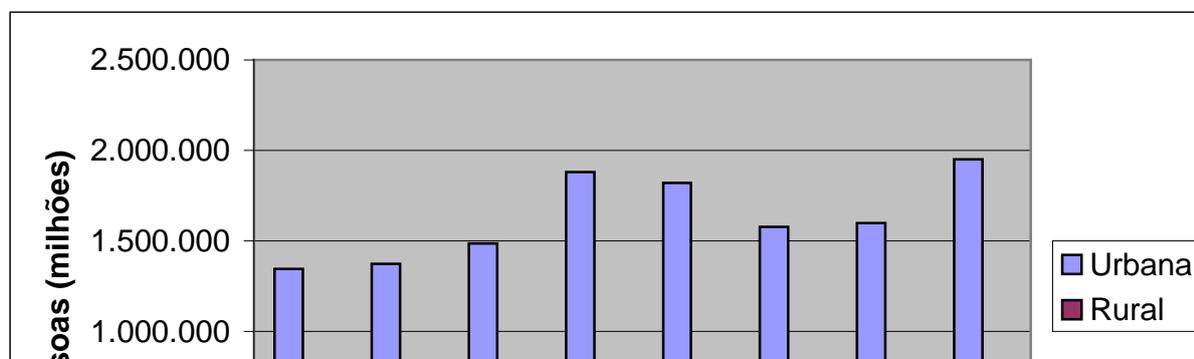
Nota: Para uma melhor Análise da Taxa de Crescimento deve-se calcular a Taxa Geométrica de Crescimento: $Tgc = (e^a - 1) \times 100$.

A situação de desemprego não é nova, mas se agravou a partir da década de 90, quando os governos federais, estaduais e municipais reduziram drasticamente os estímulos à pequena e média empresa agrícola, muito particularmente pela ausência de uma política explícita de emprego no campo. Ademais, a reestruturação produtiva dos anos noventa e a política macroeconômica do governo federal, adotada a partir de 1994, concorreram de modo decisivo para aumentar o desemprego rural e urbano.

A população urbana teve um comportamento de crescimento de 1998/2002, no período de 2002/2005 registrou um decréscimo no seu crescimento e de 2005/2006 voltou a crescer novamente, enquanto que, a população rural teve muitas oscilações ao longo do período, onde nos períodos de 1998/1999, 2001/2002, 2003/2004 e 2004/2005 ocorreram crescimentos e nos períodos de 1999/2001, 2002/2003 e 2005/2006 registrou quedas no seu crescimento.

Estas oscilações se devem ao desempenho instável da agricultura sul-matogrossense nos períodos em análise, como aumento ou diminuição dos incentivos, dos créditos, dos investimentos no setor agrícola no estado.

Gráfico 1 – Evolução da População Urbana e Rural no Estado de Mato Grosso do Sul no período de 1998/2006





SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Fonte: Organização própria a partir dos dados da PNAD

Nota: Não está considerando as Migrações.

Conforme se observa no o gráfico 1, a população urbana apresentou um crescimento superior à da população rural ao longo do período analisado, atingindo maior crescimento no ano de 2006.

3.2 – Evolução das Atividades Agrícolas e Não-Agrícolas

Uma das principais constatações feitas para a grande maioria dos Estados Brasileiros e também objeto de estudo no Projeto Rurbano (SP, RJ, MG, GO, RS, SC, PR, BA, PI, e RN, além do DF), foi a de que, nos anos 90, há uma clara tendência de queda do emprego agrícola para as pessoas com domicílio rural, ao passo que as ocupações nas atividades não-agrícolas apresentam altas taxas de crescimento anual. Em alguns Estados, como São Paulo e Rio Grande do Norte, a PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas já supera a PEA rural ocupada na agricultura.

Entretanto, numa tendência mais geral, observou-se que ocorreu uma queda da PEA rural ocupada em atividades agrícolas, e crescimento da PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas, observada para o total do Brasil e para muitas Unidades da Federação, essa performance está relacionada com a crescente modernização dos sistemas produtivos, que libera mão-de-obra das atividades agropecuárias, e com a própria queda da renda oriunda da venda dos produtos agrícolas e pecuários.

Esse quadro tem feito com, que boa parte dos membros das famílias residentes em domicílios rurais, recorram a pluriatividade como forma de inserção produtiva, combinando, em geral, ocupações nas "novas" atividades agrícolas e naquelas não-agrícolas desenvolvidas dentro ou fora do meio rural, ou seja, as famílias rurais estão se tornando crescentemente pluriativas ou não-agrícolas, do ponto de vista da ocupação de seus componentes.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Para o Estado de Mato Grosso do Sul, se observa uma semelhança com o que ocorreu em outros estados brasileiros, as tabulações especiais dos dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (Pnad), no período 1998-2006, apontam tendências semelhantes verificadas em outros Estados (SP, RJ, MG, GO, RS, SC, PR, BA, PI, e RN, além do DF) principalmente no que se refere ao crescimento das ocupações não-agrícolas.

Analisando o comportamento da PEA rural total (ocupados em atividades agrícolas, ocupados em atividades não-agrícolas e não ocupados), verifica-se, em linhas gerais, que a situação não é diferente dos outros estados no período 1998-2006, com decréscimos das ocupações em atividades agrícolas e aumento das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas (Tabela 2).

Tabela 2 – População Economicamente Ativa (PEA). Ocupadas Segundo a Situação dos Domicílios: Mato Grosso do Sul – 1998/2006.

Ano	População		Ocupadas	
	Economicamente Ativa	Não Economicamente Ativa	Atividades Agrícolas	Atividades Não-Agrícolas
1998	982.990	43.679	246.779	686.474
1999	1.021.919	52.077	293.478	680.545
2001	1.019.914	71.540	185.300	784.669
2002	1.112.247	69.867	192.757	869.274
2003	1.107.064	61.974	199.863	858.533
2004	1.115.111	60.149	196.192	881.594
2005	1.148.695	55.532	208.557	887.996
2006	1.196.000	69.000	216.000	933.000
Varição (1998/2002)	129.257	26.188	-54.022	182.800
Varição (2002/2006)	83.753	-867	23.243	63.726
Taxa de Crescimento de 1998/2002(% a.a.).	3,29	14,99	-5,47	6,66
Taxa de Crescimento de 2002/2006(% a.a.).	1,88	-0,31	3,01	1,83

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra dos Domicílios 1998 a 2006.

Os dados mostram que a população economicamente ativa teve um crescimento de 3,29% ao ano no período de 1998/2002, passando de 982.990 mil para 1.112.247 milhão e no período de 2002/2006 teve um acréscimo de 1,88% ao ano passando para 1.196.000 milhão, bem como, ocorreu um crescimento de 14,99% ao ano no período de 1998/2002 na população não economicamente ativa, passando de 43.679 mil para 69.867 mil pessoas e no período subsequente de 2002/2006 houve um decréscimo de 0,31% ao ano, passando de 69.867 mil para 69.000 mil pessoas. No entanto, as pessoas ocupadas em atividades agrícolas no período de 1998-2002, passaram de 249.779 mil pessoas em 1998 para 192.757 mil em 2002, com decréscimo de 5,71% ao ano.

No período 2002-2006, a PEA rural ocupada registrou um crescimento de 3,01 % ao ano, passando de 192.757 mil pessoas para 216.000 mil, ou seja, um

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

acréscimo de 23.243 mil pessoas. No entanto, o que determinou essa redução das atividades agrícolas no período de 1998-2002 foi o forte desempenho das atividades não-agrícolas, que no período ocorreu um crescimento de 6,66 % ao ano, através do crescimento das ocupações das atividades não-agrícolas no estado. Entre 2002 e 2006, período que apresenta um cenário mais favorável para setor agrícola no Estado, os crescimentos da PEA rural ocupada nas atividades agrícolas foi de 3,01% ao ano, e nas atividades não-agrícolas foi de 1,83% ao ano, isto se deve ao aumento das áreas de plantio no estado, principalmente, o plantio da soja, em consequência do aumento das exportações brasileiras.

3.3 – Natureza das Ocupações Agrícolas e Não-Agrícolas

As ocupações agrícolas e não-agrícolas no meio rural do estado de Mato Grosso do Sul são na grande maioria dos casos, ocupações com relações de trabalho e renda muito precárias. De acordo com Graziano (1997), no Brasil, em média, as ocupações não-agrícolas são de qualidade e renda muito superiores do que as agrícolas. Apesar de não existirem dados que comprove, há sinais de que, em Mato Grosso do Sul, isso também ocorre, mas, todavia, predomina no meio rural sul-mato-grossense um elevado grau de informalidade nas relações do trabalho. No caso das atividades não-agrícolas, por ter uma participação muito importante do setor público como empregador essa informalidade é menos acentuada.

Tabela 3 – PEA Rural Ocupada, segundo a Posição na Ocupação e o Tipo de Atividades no Estado de Mato Grosso do Sul – 1998 a 2006.

Posição na Ocupação Principal	1998	2002	2006	Taxa de Crescimento (% a.a)	
				1998/02 (1)	2002/06 (2)
Atividade Agrícola	249.779	192.757	216.000	- 5,71	3,01
Empregados	104.265	87.648	87.000	-3,98	-0,18
Conta-Própria	43.363	34.621	41.000	-5,04	4,60
Empregadores	12.755	10.917	12.000	-3,60	2,48
Não Remunerados	39.857	25.260	24.000	-9,16	-1,25
Trabalhadores na Produção para o Próprio Consumo	46.539	34.311	54.000	-6,57	14,35
Atividade Não-Agrícola	686.474	869.274	933.000	6,66	1,83
Empregados	414.496	504.977	533.000	5,46	1,39
Trabalhadores Domésticos	79.071	99.491	105.000	6,46	1,38
Conta-Própria	137.747	184.023	210.000	8,40	3,53
Empregadores	33.477	49.594	57.000	12,04	3,73
Não Remunerados	14.450	29.319	26.000	25,72	-2,83
Trabalhadores na Produção para o Próprio Consumo	2.233	1.870	1.000	-4,06	-11,63



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra dos Domicílios 1998 a 2006.

Conforme observado na tabela 3, houve no período de 1998/2002 uma redução de 5,71% ao ano da população rural ocupada em atividades agrícolas por posição na ocupação de 57.022 mil pessoas, esse decréscimo se deve basicamente à queda ou redução do número de pessoas ocupadas em produção para o próprio consumo (autoconsumo), trabalhadores domésticos, empregados, empregadores, trabalhadores por conta própria e não remunerados.

Por outro lado, verifica-se que no período de 2002/2006 ocorreu um crescimento de 3,01% ao ano da população ocupada em atividades agrícolas no estado, devido ao aumento significativo 4,60 % ao ano no número de trabalhadores por conta própria, 2,48 % ao ano no número de empregadores e 14,35 ao ano no número de trabalhadores na produção para o próprio consumo. Esse fato, está relacionado com o bom desempenho da economia, com surgimento de novos investimentos, créditos e incentivos a produção agrícola, e com os aumentos das exportações brasileiras no país, bem como, dos produtos de exportação do estado. No entanto, entre 1998/2002, foram demitidos no setor agrícola 5,71% ao ano, equivalentes a 14.262 mil empregados, mas no período de 2002/2006 houve um ganho de 3,01% ao ano, equivalente a 5.801 mil ocupações, sendo que destas 5.801 mil ocupações anuais, 4,60 % foram de pessoas ocupadas por conta própria, 2,48% de pessoas ocupadas em empregadores e 14,35% de pessoas ocupadas na produção para o próprio consumo (autoconsumo), percebe-se portanto, uma queda no nível de ocupação em atividades agrícolas no estado de Mato Grosso do Sul no período 1998/2002, mas volta a apresentar um acentuado crescimento no período de 2002/2006, puxado pelo crescimento dos trabalhadores por conta própria, empregadores e trabalhadores na produção para o próprio consumo (autoconsumo).

Entretanto, observamos um crescimento acentuado da população ocupada em atividades não-agrícolas no estado, em relação aos mesmos períodos de 1998/2002 e 2002/2006, onde a população ocupada em atividades não-agrícolas, passou de 686.474 mil pessoas para 869.274 mil no período de 1998/2002, com um crescimento de 6,66% ao ano, com uma variação de 182.800 mil pessoas ocupadas, este crescimento se deve ao crescimento da população ocupada, por posição de ocupações não-agrícolas, onde tivemos o crescimento dos trabalhadores por conta própria, empregados, empregados e não remunerados, e uma queda nos trabalhadores na produção para o próprio consumo, chamando atenção para fato de que, nesses quatro anos ocorreu uma queda significativa na produção para o autoconsumo, que se reduziu a uma taxa de 4,06%, passando de 2.233 mil pessoas, para apenas 1.870 mil. Todavia, essa queda do autoconsumo é mais do que compensada pelo aumento do grande número de trabalhadores não-remunerados que, na verdade, prestam serviço principalmente na unidade familiar de produção.

No período de 2002/2006, também ocorreu um crescimento da população ocupado em atividades não-agrícolas no estado, passando de 869.274 mil para 933.000 mil pessoas, com um crescimento de 1,83% ao ano, com o crescimento dos trabalhadores por conta própria, empregados, empregados e redução dos trabalhadores não-remunerados e trabalhadores na produção para o próprio consumo, no entanto, esta

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

redução dos trabalhadores não-remunerados e trabalhadores na produção para o próprio consumo no estado, neste período (2002/2006), está relacionado com a recuperação das atividades agrícolas, e com o crescimento dos trabalhadores por conta própria, empregadores e trabalhadores na produção para o próprio consumo, compensando as perdas. Entretanto, podemos observar no geral que as atividades agrícolas no estado de Mato Grosso do Sul, tiveram momentos de declínio e recuperação, enquanto que, as atividades não-agrícolas vem crescendo a taxas significativas nos últimos anos.

3.4. Ramos de Atividades Agrícolas e Não-Agrícolas

Os principais ramos de atividades econômicas que têm empregado a PEA rural agrícolas e não-agrícola no Estado de Mato Grosso do Sul, no período 1998-2006, são a indústria de transformação, indústria da construção civil, as prestações de serviços, o comércio de mercadorias, os serviços sociais, administração pública, transporte e comunicação. Dessa forma, os ramos da indústria de transformação, indústria de construção civil, comércio de mercadorias, transporte e comunicação e administração pública, em termos absolutos, são os mais importantes para a população rural ocupada em atividades agrícolas e não-agrícolas no estado de Mato Grosso do Sul, registrando uma participação relevante no total das ocupações no estado. Os dados da tabela 4 mostram que no período de 1998/2002, as ocupações agrícolas ligadas ao ramo de atividades de indústria de transformação, indústria de construção civil e comércio de mercadorias, tiveram redução no seu crescimento respectivamente de 0,55%, 5,43% e 16,85% ao ano, esta redução se deve a crises nos setores, reflexos das políticas do governo, como a falta de crédito de incentivos a agricultura, que a partir dos anos 90 se reduzir na agricultura brasileira, isto possibilitou o crescimento das ocupações nos ramos das atividades não-agrícolas, que no período de 1998/2002, os ramos de atividades não-agrícolas ligadas à indústria de transformação, indústria de construção civil e comércio, tiveram os seus crescimentos respectivamente de 15,21%, 11,82% e 14,63% ao ano, comprovando esta tendência de ocupação (Tabela 4).

Tabela 4 – População Rural de 10 Anos e Mais, segundo Ramos de Atividades no Estado de Mato Grosso do Sul 1998-2006

Ramos de Atividade		1998	2002	2006	Taxa de Crescimento (% a.a.).	
					1998/02	2002/06
Ocupados	Agrícola	246.722	188.390	210.000	-5,91	2,87
	Indústria da Transformação	1.595	1.560	1.000	-0,55	-8,97
	Indústria da Construção	1.593	1.247	2.000	-5,43	15,10
	Comércio de Mercadorias	1.913	624	1.000	-16,85	15,06
	Prestação de Serviços	319	-	-	-	-
	Transporte e Comunicação	-	-	-	-	-
	Social	319	-	-	-	-
	Administração Pública	-	312	-	-	-
	Não-Agrícola	7.015	7.486	6.000	1,68	-4,96

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

	Indústria da Transformação	66.322	106.673	113.000	15,21	1,48
	Indústria da Construção	56.117	82.656	99.000	11,82	4,94
	Comércio de Mercadorias	142.844	226.431	227.000	14,63	0,06
	Prestação de Serviços	184.928	101.051	53.000	-11,34	-11,89
	Transporte e Comunicação	24.869	42.105	46.000	17,33	2,31
	Social	88.638	86.717	88.000	-0,54	0,37
	Administração Pública	55.160	62.691	66.000	3,41	1,32
	Não Ocupados	49.737	50.216	47.000	0,24	-1,60

Fonte: Organização própria a partir dos dados da PNAD.

Conforme a tabela 4, no período de 1998/2002 é interessante destacar que não ocorreu o crescimento dos ramos de atividades agrícolas, ocorrendo apenas decréscimo. No entanto, nos ramos de atividades não agrícolas, ocorreu o crescimento da indústria de transformação, indústria de construção civil, comércio de mercadorias, transporte e comunicação e administração pública, onde entre os principais ramos de atividades não agrícolas, o que apresentou uma das maiores taxas de crescimento anual no período, foi o ramo de transporte e comunicação. A indústria de transformação, afetou negativamente a prestação de serviços, em função da crise da agroindústria canavieira. Vale reforçar, que a queda do emprego na economia canavieira reflete, na verdade, a redução das ocupações em todo o complexo agroindustrial, afetando toda uma rede de relações pessoais e empresariais que responde por um volume de emprego muito maior que os postos gerados apenas na atividade agrícola da produção de cana-de-açúcar.

O ramo do comércio de mercadorias no período de 1998/2002 apresentou comportamento inverso ao de prestação de serviços, onde apresentou um crescimento de 14,63% ao ano, passando de 142.844 mil para 226.431 mil pessoas ocupadas no ramo. Porém, no período seguinte 2002/2006, houve um crescimento de apenas 0,06% ao ano, onde passou 226.431 mil para 227.000 mil pessoas ocupadas no ramo da atividade, ocorrendo uma redução do crescimento em relação ao período anterior (1998/2002). O baixo desempenho da agricultura a partir dos anos 1990, certamente afetou as atividades agrícolas, favorecendo partir desse ano, que ocorresse uma relativa, expansão das ocupações. Também é possível relacionarmos, que muitas pessoas que perderam seu emprego original com as medidas da política macroeconômica adotadas para a manutenção do Plano Real (sobrevalorização cambial, abertura indiscriminada, alta taxa de juros) encontraram neste ramo de atividade uma alternativa, mesmo que temporária, de emprego e renda.

Os serviços sociais no ramo das atividades não-agrícolas, no período 1998/2002 decresceram a uma taxa significativa de 0,57% ao ano, que no período seguinte 2002/2006, teve um acréscimo de 0,37% ao ano. Essa queda de 1998/2002, coincidindo com o endividamento e a conseqüente crise fiscal dos Estados.

O ramo da indústria de transformação das atividades não-agrícolas apresentou um crescimento de 15,21% ao ano no primeiro período. No entanto, entre 1998 e 2002, o desempenho desse ramo de atividade foi extremamente desfavorável, com queda do número de pessoas ocupadas, o que se refletiu num comportamento ruim para,

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

praticamente, todos os setores presentes no mesmo ramo e também para vários ramos de atividade a ele ligado. No período seguinte (2002/2006) registrou um crescimento 1,48% ao ano, de menor significância que no período anterior, no entanto, no ramo de atividades agrícolas, a indústria de transformação apresentou somente decréscimos, devido ao mau desempenho do setor nos períodos analisados.

A indústria da construção registrou um crescimento de 11,82%, mostrando um comportamento favorável em todo o período analisado, apresentou crescimento expressivo ao longo dos períodos, sendo que este crescimento está diretamente ligado às novas atividades no meio rural (moradia, lazer, turismo, etc), já no ramo de atividades agrícolas ocorreu uma queda de 5,43% no período de 1998/2002 e 15,10% ao ano no período de 2002/2006, entretanto, isso ocorreu devido à recuperação das atividades agrícolas, com a volta dos incentivos a agricultura, crescimentos das exportações e aumento das áreas de plantio no estado de Mato Grosso do Sul.

Com relação administração pública nos ramos de atividades não-agrícolas apresentou crescimento de 3,41% ao ano no período de 1998/2002 e 1,32% ao ano no período de 2002/2006, proporcionando uma taxa de crescimento positiva para os mesmos períodos, isso está associado ao fato de que o setor público absorveu grande parte da população economicamente ativa ocupadas em atividades não-agrícola no estado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se nesta análise do comportamento da população rural e do emprego na agricultura no estado de Mato Grosso do Sul, especificamente as atividades agrícolas e não-agrícolas, com ênfase à questão do novo rural, no período de 1998 a 2006, de acordo com os dados das PNADs, de que o espaço rural não pode ser assumido como espaço exclusivo de atividades agrícolas, no mesmo sentido em que as formas de produção e reprodução das famílias rurais estão cada vez mais longe de serem condicionadas somente pela dinâmica das atividades agrícolas.

Entretanto, como foi constatado nos dados analisados no período de 1998/2006, as ocupações não-agrícolas registraram uma expansão acentuada no setor rural de Mato Grosso do Sul, onde passou de uma população de 686.474 mil pessoas em 1998 para uma população de 933.000 mil pessoas no ano de 2006, isto, mostra que em Mato Grosso do Sul, como em vários outros estados, os dados de ocupação da PEA rural apontam um período de crescente dinamismo das atividades não-agrícolas exercidas pela população rural, o que tem se dado de forma paralela a uma visível redução da capacidade de absorção de mão-de-obra agrícola.

Conforme, os dados mostraram, as ocupações não-agrícolas não apontam, entretanto, para uma transformação radical na estrutura produtiva, com base em setores mais modernos, pelo contrário, o crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural sul-mato-grossense tem se sustentado com base em atividades de baixa remuneração e pouca qualificação. De qualquer forma, este dinamismo das ocupações não-agrícolas para a população rural denota, e ao mesmo tempo reforça, uma importante mudança no meio rural e nas formas de reprodução das famílias rurais.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Como já foi observado, através dos dados das PNADs, foi possível identificar o local onde a população rural exerce as atividades não-agrícolas, bem como, a evolução das atividades nas posição de ocupações principal e nos ramos de ocupações, mostrando até que ponto, a transformação na estrutura ocupacional da população rural vem acompanhada de transformações no próprio espaço rural sul-mato-grossense. Tais atividades devem resultar, no entanto, de uma maior proximidade do espaço rural ao urbano, tanto em termos físicos quanto em termos de informação acerca das oportunidades de ocupação. Por outro lado, o crescimento das atividades não-agrícolas também aparece como reflexo da utilização do espaço rural, enquanto foca para essas atividades, com destaque para as atividades da indústria de transformação, prestação de serviços, etc.

O estado de Mato Grosso do Sul, como vários outros do país, agrega uma enorme heterogeneidade econômica-social e mesmo cultural, sendo reducionistas as análises agregadas ao nível de Estado. Esta generalização das análises acerca da dinâmica de ocupação da população rural sul-mato-grossense pode, entretanto, ser enriquecida com experiências concretas ao nível de economias locais ou regionais, e as propostas de políticas para o Estado devem levar essas questões em consideração, já que de acordo com os dados, a população urbana e rural cresceram a uma mesma taxa de 5,63% ao ano, enquanto a atividade agrícola sofreu uma queda de 1,56% ao ano e as não-agrícolas registraram um efeito contrário, crescendo 4,49% ao ano, evidenciando assim, o dinamismo dessas ocupações no espaço rural sul-mato-grossense.

Mais especificamente, a inserção da família rural em novos mercados de produtos depende, além das condições mais objetivas, como capitalização inicial ou acesso a crédito, condições de localização que são relativas, do tipo do negócio e também de flexibilidade e habilidade do trabalho familiar.

Sob outro ângulo, essas transformações por que tem passado o espaço rural aceleram o processo de homogeneização de hábitos, padrões de consumo e culturais, entre as áreas urbanas e rurais, isso contribuir para tornar a população agrícola mais desperta para se reencontrar em torno de propostas que abram o território e os seus usos a toda a população.

No caso do Brasil, essas transformações têm suscitado uma discussão sobre sua abrangência e seu impacto sobre as áreas e população rurais. Mas, elas têm feito emergir, também, uma face do rural brasileiro muito pouco explorada, de formas antigas e marginais de ocupação nos mais diversos ramos da atividades econômicas, de vendedores ambulantes a ajudantes de pedreiro. Uma caracterização atual do rural brasileiro, entretanto de acordo com os dados, também se caracteriza no estado Mato Grosso do Sul, exigindo o enfrentamento, portanto, de “velhas” e novas dinâmicas ocupacionais.

No entanto, as ocupações não-agrícolas são formas dinamizadoras do emprego da população residente em áreas rurais de Mato Grosso do Sul, como um potencial a ser catalisado por uma proposta de desenvolvimento rural, não estamos assumindo que, independentemente das condições sobre as quais essas ocupações se sustentam, elas sejam, efetivamente, um caminho alternativo para o desenvolvimento rural.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Portanto, hoje as atividades não-agrícolas, têm uma grande importância no setor rural de Mato Grosso do Sul, não apenas por serem uma possibilidade a mais de emprego, o que por outro lado, não pode ser menosprezado, dado o baixo dinamismo apresentado pelo emprego agrícola. O desenvolvimento rural ocorrido no período de 2002/2006 foi relevante para o bem estar econômico e social dos residentes rurais no Mato Grosso do Sul e do meio físico institucional em que eles vivem, não pode, evidentemente, ser pensado como um compartimento estanque. Por outro lado para se implantar políticas públicas para o desenvolvimento rural, é sempre objeto de inúmeros conflitos de interesse. Negociar, portanto, um projeto de desenvolvimento rural que potencialize e, ao mesmo tempo, virtualize e concretize novas perspectivas de uso do espaço rural e de ocupação para a população rural mais carente, implicam em trilhar um caminho de pedras. Os bancos públicos e privados assumem o papel de financiadores dos créditos agrícolas entre os obstáculos à emergência de um desenvolvimento rural, “a incipiente presença política dos pobres rurais somada à precariedade da infra-estrutura de transporte e comunicações”. Nesse contexto, “é muito freqüente que essas populações tenham imensos obstáculos a enfrentar se quiserem expressar suas preferências no âmbito das dinâmicas políticas”.

Tais dificuldades não podem, no entanto, invalidar processos que já estão em curso nas áreas rurais. Mesmo na ausência de políticas que dêem suporte às atividades não-agrícolas no meio rural, elas têm-se mostrado dinâmicas no estado, conforme os dados analisados tiveram um crescimento de 6,66 % ao ano no período de 1998/2002 e 1,83% ao ano no período de 2002/2006, sendo que este crescimento foi maior nos espaços onde o rural está próximo de um urbano mais “desenvolvido”. No entanto, a viabilidade de um projeto de desenvolvimento rural justifica-se, nesses termos, como uma forma de potencializar esta dinâmica que vem crescendo a cada dia, portanto, um projeto de desenvolvimento para o espaço rural, pode significar a restrição de possibilidades de produção e reprodução que venham garantir melhores condições de vida para a população rural.

5 – REFERÊNCIAS

ARBAGE, Alessandro Porporatti. Economia rural: conceitos básicos e aplicações. Chapecó: Universitária Grafos, 2000.

BASALDI, O.V. “Novas” e Tradicionais Atividades Agrícolas: algumas características do trabalho. In: Anais do 36º Encontro da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Poços de Caldas, 10 a 14 de agosto de 1998. Minas Gerais.

_____. O Novo Rural Paulista: evolução e perspectivas. Estudos Sociedade e Agricultura. V.17, p.81-103 out. 2001

BAPTISTA, F. O. Agricultura e Capitalismo na Europa do Sul. In: Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro. Shigeo Shiki, José Graziano da Silva e Antônio César Ortega (org.). Uberlândia, UFU/UNICAMP/EMBRAPA, 1997.

BACHA, Carlos Jose Caetano. Economia e Política Agrícola no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRYAN, N. Educação e processo de trabalho. Campinas: FE/UNICAMP, 1983.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

- BOTELHO FILHO, Flávio Borges. A importância do Novo Rural. Natal, 1997.
- Cardoso, A. O novo rural brasileiro: abordagem a partir de uma economia regional, o Triângulo Mineiro. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 1998. (Dissertação de mestrado)
- CAMPANHOLA, C. e J.GRAZIANO DA SILVA. (2000) O Novo Rural Brasileiro: Uma Análise Nacional e Regional. Campinas, EMBRAPA/UNICAMP. (4 volumes).
- CARVALHO, R. Projeto de primeiro mundo com conhecimento e trabalho do terceiro. Campinas: DPCT/IG/UNICAMP, 1992.
- DELGROSSI, M. E. Evolução das ocupações não agrícolas no meio rural brasileiro: 1981-1995. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.
- _____ ; GRAZIANO DA SILVA, J. A Pluriatividade na Agropecuária Brasileira em 1995. Estudos Sociedade e Agricultura, UFRRJ/CPDA, Número 11, Out/98, p26-52.
- _____ ; GRAZIANO DA SILVA, J. Ocupação nas famílias agrícolas e rurais no Brasil, 1992/97. In: Campanhola, C. e J. Graziano da Silva, eds. op. cit.
- DELGADO, G. e J. Cardoso Jr. (2000). Principais Resultados da Pesquisa Domiciliar sobre a Previdência Rural na Região Sul do Brasil. Brasília, IPEA. (Mimeo)
- FERRAZ, J. O impacto de novas tecnologias sobre a qualificação da mão-de-obra no Brasil. Texto para Discussão, n. 250. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1990.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. População Economicamente Ativa (PEA). Rio de Janeiro, 1980-2001.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD). Rio de Janeiro, 1990-2006.
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. Sensor Rural. Boletim Quadrimestral. São Paulo.
- GATTI, Elcio U. A política agrícola e a composição da produção e utilização de mão-de-obra na agricultura paulista na década de setenta. São Paulo, FEA/USP, 1987.
- GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. XXIV Encontro Nacional de Economia. São Paulo, 1996.
- _____ ; Evolução do emprego rural na década de oitenta. In: O MUNDO do trabalho; crise e mudança no final do século. São Paulo: Scritta, 1994. p. 619-40.
- _____ ; A nova dinâmica da agricultura brasileira. 2ª edição Campinas, UNICAMP., IE, 1996. 217p.(1ª ed 1996)
- _____ ; DEL GROSSI, M. E. A mudança do conceito de trabalho nas novas Pnads. Economia e Sociedade, Instituto de Economia, Campinas, n. 8, p. 247-61, jun. 1997.
- IEA – Instituto de Economia Agrícola. Anuário de informações estatísticas da agricultura: anuário IEA. São Paulo, 1992-96.
- KAGEYAMA, A. O subemprego agrícola nos anos 90. Campinas, IE/Unicamp, março 1997 (Texto para discussão).
- LAURENTI, A. C.; DEL GROSSI, M. E. A evolução das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas e não agrícolas: Brasil e Regiões, 1981-97. Campinas, UNICAMP/IE, Março de 1999, Projeto Rurbano. Trabalho apresentado no seminário “O Novo Rural Brasileiro”.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



OLIVEIRA, João do C. Observações sobre a política de preços mínimos. São Paulo, PE/USP, 1973.

PAIVA, Ruy M.; SCHATTAN, Salomão; FREITAS, Claus F. O setor agrícola do Brasil: comportamento econômico, problemas e possibilidades. São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1973.

POCHMANN, M. Políticas do trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudanças. São Paulo: LTr, 1995.

_____. O movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: uma análise regional. Campinas: IE/UNICAMP, 1998.

SALIM, C.A. Políticas Estatais e Desenvolvimento Agrário nos Cerrados: Consequências Econômicas e Sociais do Polocentro. Dissertação de Mestrado, Brasília, 1981.

SALERNO, M. Produção, trabalho e participação. In: FLEURY, M. FISHER, R. (orgs.) Processo e relações de trabalho no Brasil. São Paulo: Atlas, 1985.

SALM, C. & FOGAÇA, A. (1993) Competitividade, educação e qualificação. Relatório de pesquisa. Campinas: IE/UNICAMP.

SILVA, J. Graziano da; DEL GROSSI, M. E. O uso das PNADs para as áreas rurais. Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 2001. (Texto para discussão).

VERAS, E. C.; LIRA, F. J. de. Comportamento das ocupações no rural de Alagoas. Campinas, UNICAMP/IE, Março de 1999, Projeto Rurbano. Trabalho apresentado no seminário "O Novo Rural Brasileiro".